

# Memória Institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico



Icléia Thiesen Magalhães Costa

**documentos para disseminação**



FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE  
Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

DOCUMENTOS PARA DISSEMINAÇÃO - 4

# **Memória Institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico**

**Icléia Thiesen Magalhães Costa**  
**Museóloga e Bibliotecária**

Presidente da República  
**Fernando Collor de Mello**

Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento  
**Marcílio Marques Moreira**

## **FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente  
**Eurico de Andrade Neves Borba**

Diretor de Planejamento e Coordenação  
**Djalma Galvão Carneiro Pessoa**

### **ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS**

Diretoria de Pesquisas  
**Tereza Cristina Nascimento Araújo**

Diretoria de Geociências  
**Sergio Bruni**

Diretoria de Informática  
**Francisco Quental**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**Nelson de Castro Senra**

### **UNIDADE RESPONSÁVEL**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Departamento de Documentação e Biblioteca  
**Maria de Nazareth Furtado Gomes**

**FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**  
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

**DOCUMENTOS PARA DISSEMINAÇÃO - 4**

# **Memória Institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico**

Icléia Thiesen Magalhães Costa  
Museóloga e Bibliotecária

Rio de Janeiro  
1992

# **FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-0446-0

© IBGE

## **Conselho Editorial do CDDI**

Lídia Vales de Souza  
Coordenadora/Superintendente-Adjunta

## **Série "Documentos para Disseminação"**

Maria Julia Pinto Moreira Pereira  
Editora responsável-Assessora

## **Subsérie "Memória Institucional"**

Icléia Thiesen Magalhães Costa  
Editora responsável-Chefe da DIESP

## **Subsérie "Fontes de Documentação"**

Maria Nazareth Furtado Gomes  
Editora responsável-Chefe do DEDOC

## **Subsérie "Obras de Referência"**

Regina de Almeida Sá  
Editora responsável-Chefe da DIDOC

## **"Informativo CDDI"**

Eliane Antas - DECOP/CDDI  
Sheyla Riera Ribeiro - CDDI/D  
Editoras responsáveis

## **EQUIPE EDITORIAL**

Publicação editorada e elaborada pelo  
Sistema de Editoração Eletrônica na  
Divisão de Editoração - DEDIT/CDDI,  
em maio de 1992.

## **Estruturação Editorial**

Katia Vaz Cavalcanti  
Carmen Heloisa P. Costa

## **Copidesque**

Helian Schimdt Pereira  
Hilton de Almeida Tavares

## **Revisão**

Kátia Domingos Vieira  
Sueli Alves de Amorim

## **Edição**

Vanda Ribeiro dos Anjos  
Elizabete Cruz da Silva  
Armando Mauro Figueiredo Correa

## **Diagramação**

José Augusto Barreiros Sampaio

## **Capa**

Aldo Victorio Filho - Divisão de  
Comercialização - DECOP/CDDI

## **Normalização Documental**

Roselir de Brito Baptista - Divisão de  
Documentação - DEDOC/CDDI

## **Impressão**

Divisão de Gráfica/Departamento de  
Editoração e Gráfica - DEDIT/CDDI

## **Série Documentos para Disseminação**

ISSN 0103-6335

A Série Documentos para  
Disseminação é o espaço criado pelo  
CDDI para disseminar métodos e/ou  
reflexões sobre as diversas formas de  
armazenamento, de recuperação e de  
veiculação do acervo de informações  
geradas ou disponíveis na Instituição,  
visando ao amplo acesso da  
sociedade. Ademais, visa à divulgação  
de documentos representativos da  
Memória Institucional.

Subsérie Memória Institucional  
ISSN 0103-6459

---

Costa, Icléia Thiesen Magalhães  
Memória Institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico / Icléia Thiesen Magalhães Costa - Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, eseses1992. 40p. - (Documentos para disseminação/IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações, eseses ISSN 0103-6335; 4) ISBN 85-240-0446-0  
1. IBGE - História - Pesquisa. 2. Memória. I. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. eseses II. Série.

IBGE/CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca  
RJ-IBGE/92-26 CDU 061.27 IBGE(093)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

**A**o publicar o texto que ora se apresenta, cumpre o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - uma de suas atribuições, qual seja a de disseminar os trabalhos e as informações produzidos no IBGE.

Estes trabalhos tanto podem se apresentar sob a forma de dados que resultam das pesquisas aqui realizadas, como podem trazer reflexões teóricas e metodológicas que norteiam a produção dessas informações.

O envolvimento da área da documentação, neste caso, se dá principalmente por ser o Setor de Memória Institucional parte integrante da estrutura do Departamento de Documentação e Biblioteca - DEDOC -, cuja função é, entre outras, garantir a preservação do acervo histórico-institucional. Um acervo que, retratando a trajetória do IBGE durante mais de meio século, constitui um manancial para estudiosos, pesquisadores e quantos mais se interessarem por uma entidade tão identificada com a vida e a história do País.

O esforço na definição de um "modelo de sistema de recuperação da memória institucional" vai permitir o não-confinamento dos acervos num único local - o que seria inviável, dado que o patrimônio histórico se confunde com a própria Instituição.

Mais que isso. Imprime na mente de cada ibgeano a consciência de ser um guardião dos acervos sob sua responsabilidade, como importante peça do imenso mural representativo da História do IBGE.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1992  
56<sup>º</sup> Aniversário do IBGE

*Eurico de Andrade Neves Borba*  
*Presidente do IBGE*

**"A** memória rodeia, roça e penetra os materiais de cultura, neles se apoiando, neles se agarrando e se arraigando, compondo o campo de uma economia, de uma geografia e de uma arquitetura intrinsecamente existenciais: aí onde a paisagem humana convida não ao olhar insolente, desdenhoso, dos vínculos consumistas, em que as coisas todas, intercambiáveis, reduzidas ao espectro de uma mercadoria, perderam sua intimidade, sua atmosfera; mas aí onde a paisagem humana convida à fruição de um olhar semiológico, comovido e distanciado, que toma as coisas em seu valor distintivo."

*José Moura Gonçalves Filho*

# Sumário

---

<b>Prefácio</b> .....	11
<b>1 Introdução</b> .....	13
<b>2 Tempo de Lembrar, Tempo de Esquecer</b> .....	15
<b>3 Memória Institucional</b> .....	19
<b>4 A Memória do IBGE: objetivos, projetos e perspectivas</b> .....	25
4.1 Objetivos .....	28
4.2 Projeto de História Oral.....	29
4.3 Projeto Memória do Trabalho de Campo das Atividades do IBGE .....	29
4.4 A Hora da Memória.....	30
4.5 Formação do Acervo da Memória Institucional.....	30
<b>5 Conclusão</b> .....	33
<b>Bibliografia</b> .....	35
<b>Anexo</b> .....	37

---

## Prefácio

---

**A** questão da memória foi, primordialmente, campo de estudo da História e com esta se funde e confunde. E os materiais da História, documentos, estavam tradicionalmente "guardados" nas "instituições-memória" (Le Goff), nos "lugares topográficos da memória" (Nora) ou "instituições de memória cultural" (Namer): bibliotecas, arquivos e museus.→

Como prática social, a memória é muito antiga, deve ter a idade do homem. As primeiras formas de trabalho, artesanais, eram pontuadas pela narrativa, na passagem da experiência daquele que falava, ou contava, para o que ouvia.

A revolução industrial, a vinculação de trabalho e capital, a modernidade, a indústria cultural e a sociedade da informação, sob a hegemonia da mídia e do computador, transformaram profundamente as ações e relações sociais e a noção de cultura.

É no panorama pós-moderno, de ruptura e perda de milenares valores ocidentais e de identidades, e sob nova estética de vida que a memória, individual e coletiva, transnudada, retoma seu papel, tanto na sociedade quanto na ciência.

No Brasil, em termos de política governamental, a memória é preocupação mais recente, com manifestações a partir dos anos 80. Começa a invadir a sociedade um sentimento de preservação do patrimônio histórico e artístico, mesclado com a nova mentalidade ambientalista e de preocupações ecológicas.

No debate científico e acadêmico, a memória deixa de ser feudo intelectual da História. Antropologia, Sociologia, Filosofia, Educação e Psicologia despertam para o tema.

É uma estudiosa de Museologia e de Documentação, Icléia Costa, futura mestra em Ciência da Informação, quem introduz a memória como fonte de estudo também (e por que não?) da Ciência da Informação, permeada por questões relativas a patrimônio, nação, identidade e cultura, numa complexa abordagem transdisciplinar; empreitada que, por si só, exige fôlego teórico.

Ao trazer a discussão da memória para o campo da Ciência da Informação, propondo "um modelo de sistema de recuperação da memória institucional", Icléia abre uma nova e fascinante linha de pesquisa na área, e o faz com extrema competência e sensibilidade.

O tema, tão complexo quanto fértil, trata de documentos na sua acepção mais ampla, e da memória de uma instituição brasileira de grande repercussão na vida nacional - o IBGE.

Ao reconhecer a possibilidade e potencialidade da "convivência de enfoques diferenciados da metodologia das ciências sociais", Icléia busca reconstruir a memória institucional do IBGE, contra o que Le Goff denominou mitos e armadilhas da História oficial. A reconstituição da trajetória do Instituto reúne, além de documentos convencionais, fotografias, recortes de jornais, charges, jingles, filmes e vídeos. A memória do IBGE não se faz apenas daquilo por ele produzido, mas reflete a visão que dele têm seus dirigentes, técnicos, pesquisadores e a própria sociedade.

*Sob o enfoque da história das mentalidades e do método de história de vida, a autora busca tecer um quadro teórico mais amplo e completo de memória institucional, num projeto abrangendo história oral, memória do trabalho de campo das atividades do IBGE e hora da memória (depoimentos). O pensar a memória institucional implica, necessariamente, a inclusão de arquivos orais, passado e presente não como oposições, mas convergências.*

*Tendo partido de um exercício acadêmico, uma dissertação de mestrado, o trabalho reelabora uma definição de memória, na perspectiva da Ciência da Informação. Ultrapassa o espaço acadêmico e é incorporado pelo IBGE, onde desde 1985 um grupo de técnicos vinha discutindo um projeto de memória para a Instituição e ensaiava os primeiros passos para sua institucionalização.*

*A criação de um setor de memória no IBGE representa a vontade política de seus dirigentes, sensíveis à proposta e à concretização de uma idéia, agora fortemente alicerçada por um quadro teórico traçado por uma de suas técnicas.*

*O texto de Icléia Costa que, pela sua origem, poderia ter o peso do academicismo, é uma surpresa. Sem perda do rigor metodológico, é poético e pleno de leveza. A autora faz confluír, na sua pena, o homem diurno (da ciência) e o homem noturno (da poesia), dos ideais bachelardianos.*

**Lena Vania Ribeiro Pinheiro**

**Professora do Departamento de Ensino e Pesquisa - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Convênio Universidade Federal do Rio de Janeiro / Escola de Comunicação**

# 1 Introdução

---

O presente documento constitui reflexão destinada tanto à comunidade ibgeana - aqui definida como um conjunto de funcionários e ex-funcionários que desenvolvem ou tenham desenvolvido atividades ligadas à trajetória institucional - quanto às pessoas interessadas em perulstrar os caminhos da pesquisa histórica numa instituição pública. Espera-se, assim, abrir um canal de conversação/comunicação com esta comunidade que há 56 anos vem construindo uma "cultura ibgeana", bem como com a sociedade, potencial usuária das informações produzidas pelo IBGE.

Pretende-se com estas linhas, mais especificamente, introduzir revisão da literatura, reunindo conceitos que possam dar conta do que seria a memória institucional, num horizonte epistemológico apropriado à atuação de uma equipe de trabalho que se propõe a desenvolver um sistema de recuperação

de memória voltado não apenas para os interesses institucionais - na medida em que o objeto de estudo é a memória do IBGE - mas também para os interesses da sociedade como um todo que, na verdade, constitui o grupo sócio-cultural a quem se destinam as informações produzidas pelo IBGE, sendo também, e principalmente, o agente financiador das instituições do País, através do pagamento de impostos.

O presente estudo, por fim, não pretende - como se fosse possível - chegar à verdade. Entende-se como pressuposto, e de acordo com Japiassu, que nenhum saber possui a verdade. "Ao invés de vivermos das evidências e das teorias certas, como se fôssemos proprietários da verdade, precisamos viver de aproximações da certeza e da verdade. Porque somos seus pesquisadores, e não seus defensores"<sup>1</sup>.

---

1 JAPIASSU, Hilton. *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro, 1981, p.35.

## 2 Tempo de Lembrar, Tempo de Esquecer

O advento das sociedades industriais capitalistas, no bojo do processo de modernização, provocou uma dissociação trabalho-comunicação, mudando a identidade das sociedades e do homem. A experiência do artesão era acumulada e transmitida de geração a geração. A racionalização do trabalho veio a exigir a produção em série, no ritmo da repetição, onde o fator “tempo” substituiu o aprimoramento artesanal, eliminando da indústria a forma construtiva de realização do trabalho: a máquina substituiu as mãos. O aperfeiçoamento hoje está ligado à velocidade de produção. Nesse aspecto a narração vai perdendo espaço como forma de ensino e de transmissão de experiências.

“Com o advento da indústria, como poderia o artesão sobreviver? Foi transformado em operário de segunda classe, até morrer de desgosto e saudade. O mesmo com os tropeiros, que dependiam das trilhas estreitas e das solidões, que morreram quando o asfalto e o automóvel chegaram. Destino igualmente triste teve o boticário, sem recursos para sobreviver num mundo de remédios prontos. Foi devorado no banquete antropofágico das multinacionais. E os médicos-sacerdotes? Conseguiram sobreviver, em parte porque as pessoas ainda acreditavam nos chás, cataplasmas, emplastros, simpatias e rezas de comadres e curandeiras. Foi em parte isto que impediu que se amontoassem nos consultórios do único médico do vilarejo. Além disto, o tempo durava o dobro. Por outro lado, a ausência dos milagres técnicos fazia com que as soluções fossem mais rápidas e simples. Bem dizia a sabedoria popular: ‘o que não tem remédio, remediado está’. Também a morte era uma solução”.<sup>2</sup>

O cenário acima descrito, reflexão de Alves, dá um panorama real do desaparecimento de algumas das profissões características de um tempo que mudou. O tempo da narração. O espaço onde os sujeitos tinham uma interação participativa. Associação trabalho-comunicação.

Os turnos de trabalho alternados na indústria tiram do operário a chance de sedimentar lembranças

e o seu tempo passa a ser mecânico, alterando substancialmente seu ritmo de vida. Os espaços da memória social do trabalho em consequência passam a ser fragmentados. As relações entre conhecimento e trabalho estão vinculadas às relações de produção. As relações entre capital e trabalho levam à desagregação da memória e à perda das condições de “lembrar”.

O conceito de enraizamento e seu oposto foram magistralmente tratados por Simone Weil (1909-1943), cujo pensamento filosófico gira em torno da condição operária que ela viveu intensamente, na fábrica, no campo, na sua luta durante a Guerra Civil Espanhola e na Resistência ao nazismo, renunciando à vida acadêmica. No seu entender, enraizamento “é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente”.<sup>3</sup> Para ela, o desenraizamento vem das relações sociais por conta do dinheiro - que “destrói as raízes por onde vai penetrando, substituindo todos os motivos pelo desejo de ganhar”<sup>4</sup> - e da instrução/cultura “consideravelmente orientada para a técnica e influenciada por ela, muito tingida de pragmatismo, extremamente fragmentada pela especialização...”.<sup>5</sup> E acrescenta adiante: “Seria vão voltar as costas ao passado para só pensar no futuro. É uma ilusão perigosa acreditar que haja aí uma possibilidade. A oposição entre o futuro e o passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe nossa própria vida. Mas para dar é preciso ter, e não

2 ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. São Paulo, 1986, p.11 e 12.

3 WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro, 1969, p.347.

4 Id. *ibid.*, p.347.

5 Id. *ibid.*, p.347.

temos outra vida, outra seiva a não ser os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. De todas as necessidades da alma humana não há outra mais vital que o passado”.<sup>6</sup>

Nesse sentido, convém lembrar o que os teóricos da Escola de Frankfurt<sup>7</sup> denunciaram. Segundo Freitag, “A indústria cultural não é, pois, simplesmente mais um ramo da produção na diversificada produção capitalista, ela foi concebida e reorganizada para preencher funções sociais específicas, antes preenchidas pela cultura burguesa, alienada de sua base material. A nova produção cultural tem a função de ocupar o espaço do lazer que resta ao operário e ao trabalhador assalariado depois de um longo dia de trabalho, a fim de recompor suas forças para voltar a trabalhar no dia seguinte, sem lhe dar trégua para pensar sobre a realidade miserável em que vive. A indústria cultural, além disso, cria a ilusão de que a felicidade não precisa ser adiada para o futuro, por já estar concretizada no presente - basta lembrar o caso da telenovela brasileira”.<sup>8</sup>

É nesse sentido também que Bosi nos fala. “O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais. Ter um passado, eis outro direito da pessoa que deriva de seu enraizamento. Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças”.<sup>9</sup>

Ainda nesse contexto das sociedades industriais, Alves afirma. “O primeiro ato de domínio exige que o dominado esqueça o seu nome, perca a memória do seu passado, não mais se lembre de sua dignidade e aceite os nomes que o senhor impõe. A perda da memória é um evento escravizador. É por isso mesmo que a mais antiga tradição filosófica do mundo ocidental afirma que o nosso destino depende de nossa capacidade e vontade de recuperar memórias perdidas. Na linha que vai de Platão a Freud, o evento libertador exige que sejamos capazes de dar nomes ao nosso passado. A lembrança é uma experiência transfiguradora e revolucionária. Tanto assim que Marcuse chega a se referir à função subversiva da memória. Por mais curioso e paradoxal, parece que o mais distante é aquilo que está mais próximo do nosso futuro”.<sup>10</sup>

Assim os monopólios absorveram as pequenas empresas e o saber e o fazer que se transmitiam de pai para filho desapareceram. A comunicação da experiência foi aniquilada pelo mundo da técnica. E com essa dissociação trabalho-comunicação perde-

mos todos. “O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principiaados pela sua voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa das pedras do chão, como nos contos da Carochinha. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana”.<sup>11</sup>

O saber e o fazer estão agora na esfera da informação como mercadoria, voltada para o lucro e a concorrência. A informação nesse aspecto é abstrata porque não há interação participativa, estando, portanto, dissociada da ação do sujeito, isolado em seu contexto de ação. “A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão - no campo, no mar e na cidade -, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso”.<sup>12</sup>

Assim se dá o mesmo processo hoje nos sistemas de informação disponíveis, onde o usuário tende a ficar isolado, sem ver as suas necessidades de informação atendidas. O modelo de comunicação vigente, caracteristicamente mecanicista, via de regra desconhece a identidade daquele a quem os sistemas se destinam, em última análise. O excesso de informação, por outro lado, que é um fenômeno mundial, contraditoriamente torna o homem cada vez menos informado. Como reverter esse quadro? Seria possível minimizar a “distância” entre as pessoas? Por onde começar?

Uma visita a Gramsci via Coutinho<sup>13</sup> poderá nos levar a definições de papéis, primeiro passo para a compreensão do pólo político que se coloca diante de nós.

O conceito de sociedade civil em Gramsci é o ponto de partida para o estudo do papel da informação nos seus aspectos cognitivos e de difusão/comunicação. Para ele é no âmbito da superestrutura que se encontram dois grandes planos: o da sociedade civil, que tem a função do consenso (organismos estatais e privados de educação e cultura, a imprensa e a edição, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, a organização escolar, a Igreja, os partidos políticos, as associações corporativistas), e o da sociedade política ou Estado (aparelho jurídico, militar, poli-

6 Id. *ibid.*, p.353-354.

7 A Escola de Frankfurt, formada por um grupo de filósofos e pesquisadores alemães na década de 30, teve como principais representantes Theodor Adorno, Walter Benjamin, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas. Ao elaborar uma teoria crítica do conhecimento, inaugurou o conceito de *indústria cultural*, sintetizando crítica à cultura de massas como controladora do comportamento social.

8 FREITAG, Barbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo, 1988, p.72-73.

9 BOSI, Eclia. *Memória e sociedade*; lembranças de velhas. São Paulo, 1983, p.362.

10 ALVES, op. cit., p.25.

11 BOSI, op. cit., p.49.

12 BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*; ensaios sobre literatura e história da cultura. 2. ed. São Paulo, 1986, p.205.

13 GRAMSCI, Antonio, apud COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como valor universal e outros ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1984.

cial as burocracias governamentais) que tem a função e o exercício da coerção, da manutenção pela força da ordem estabelecida.

Na esfera da sociedade civil as classes sociais buscam exercer sua hegemonia, ou seja, “procuram aliados para as suas posições através da direção e do consenso. Por meio da sociedade política, ao contrário, exerce-se sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção”.<sup>14</sup> Os portadores materiais da sociedade civil são os aparelhos privados de hegemonia, com estrutura e legalidade próprias, organismos sociais relativamente autônomos do Estado no sentido estrito, tais como organismos de massa - sindicatos, partidos. Os portadores materiais da sociedade política estão na burocracia militar e executiva.

O autor prevê o desaparecimento progressivo da sociedade política a ser absorvida pela sociedade civil e seus organismos próprios. “As funções sociais da dominação e de coerção cedem progressivamente espaço à hegemonia e ao consenso”.<sup>15</sup> A sociedade civil é, portanto, o palco das transformações sociais, onde está caracterizada a função de hegemonia, condição básica para a conquista do poder.

O conhecimento para Gramsci é uma concepção de mundo que age ética e politicamente na transformação da história. O conhecimento produzido pelas classes subalternas é fragmentado (o senso comum, o folclore, a linguagem popular) porque fragmentado é o pensamento político das classes subalternas, que impossibilita toda e qualquer ação política orientada de forma orgânica e coerente. Entre a ação das classes subalternas e a teoria permanece um hiato e esta é a causa principal, para o autor, da hegemonia das classes dominantes sobre as massas populares. No entender de Ortiz,<sup>16</sup> a fragmentação é um espaço potencial de resistência social.

A classe dirigente difunde sua ideologia através da “organização material destinada a manter, defender e desenvolver a frente teórica”.<sup>17</sup> Inclui na estrutura ideológica não apenas as organizações voltadas para difundir a ideologia mas também todos os meios de comunicação social e seus instrumentos passíveis de influenciar a opinião pública e menciona especialmente as bibliotecas, os círculos (associações, assembléias, grêmios).

A formação econômico-social brasileira, cujos pressupostos foram formados no exterior, acarretou uma penetração da cultura européia que estava sendo transformada em nível de universalidade. A ausência de uma cultura autóctone abriu espaço para esta absorção e a cultura européia foi o nosso paradigma. A cultura universal não se impunha pela força mas era assimilada à medida que se ligava ao modo de produção brasileiro. O Brasil, segundo Carlos Nelson Coutinho,<sup>18</sup> já é herdeiro potencial

daquele patrimônio universal de que falam Marx e Engels. Essa assimilação mecânica ou crítica, passiva ou transformadora, é a importação de uma ideologia universal que expressava interesses brasileiros de classe.

O processo de modernização econômico-social brasileiro não resultou de revoluções autênticas, envolvendo a participação popular; foi, portanto, conservador, encaminhado pelas classes dominantes, deixando de fora as camadas sociais “de baixo”. A transição para o capitalismo não foi apenas reprodutora do modelo universal mas também e ainda conservadora. Houve, assim, o que Gramsci qualificou de fortalecimento da sociedade política em detrimento da sociedade civil. A debilidade da sociedade civil deu margem a que os intelectuais ficassem minimizados em seu papel de “expressar a consciência social das classes em choque e de organizar a hegemonia ideológica...”<sup>19</sup>, servindo de instrumento de cooptação das classes dominantes. Aqueles que não se deixaram cooptar foram reduzidos à marginalidade criativa.

O capitalismo mercantil de Estado emprestou grande estímulo à expansão e consolidação de “uma poderosa indústria cultural em bases não só capitalistas (o que já vinha ocorrendo antes de 64), mas cada vez mais monopolistas e mesmo monopolistas de Estado”.<sup>20</sup> Os meios de comunicação de massa foram atingidos nesse processo, principalmente a televisão, a imprensa e o cinema. Já em relação à indústria editorial e à produção teatral, conseguiu-se assegurar relativa autonomia em relação aos efeitos da monopolização.

A Universidade - “enquanto importante fator de produção e reprodução cultural - foi submetida não só a processos repressivos diretos, mas também a uma crescente ‘racionalização’ em sentido capitalista, a formas de divisão do trabalho intelectual que, adequando-se aos mecanismos de reprodução do capital, dificultam enormemente, em seu interior, a formação e a sistematização de uma cultura crítica globalizante”.<sup>21</sup>

Nesse caso, e ainda segundo Gramsci, se os organismos culturais da sociedade fossem mais pluralistas, haveria uma forma de evitar o corte entre os intelectuais e a realidade nacional-popular, numa “articulação orgânica”. Para que haja uma democratização da cultura é necessário que seja criado um quadro social, econômico e político capaz de gerar uma cultura não-elitista - “uma democracia pluralista de massas, que garanta o clima propício à liberdade de criação e de crítica, onde a hegemonia de uma corrente ou de outra se processe segundo critérios da própria dialética cultural”<sup>22</sup>.

14 COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como valor universal e outros ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1984, p.79.

15 Id. *ibid.*, p.81.

16 ORTIZ, Renato. *A Consciência fragmentada: ensaios de cultura popular e religião*. Rio de Janeiro, 1979, p.51-52.

17 PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, 1977.

18 COUTINHO, op. cit.

19 ORTIZ, op. cit.

20 COUTINHO, op. cit., p.151.

21 COUTINHO, op. cit., p.151-152.

22 Id. *ibid.*, p.160.

### 3 Memória Institucional

Tendo em vista que a literatura não trata explicitamente de Memória Institucional, selecionaram-se alguns conceitos básicos considerados relevantes à construção de um quadro referencial teórico inicial, a ser melhor definido em estudo de maior amplitude, objeto de dissertação de mestrado em andamento no Curso de Mestrado em Ciência da Informação, do CNPq/IBICT, em convênio com a UFRJ/ECO. Esta tem como objetivo “construir um modelo de Sistema de Recuperação da Memória Institucional, com base nos resultados a serem obtidos a partir do quadro referencial teórico que se pretende elaborar no decorrer da pesquisa...”<sup>23</sup>

A construção de modelo de Sistema de Recuperação da Memória Institucional, a partir dos resultados daquela investigação, poderá ser o ponto de partida para uma sistematização das atividades de recuperação e disseminação das informações produzidas pelo IBGE nos seus 56 anos de existência, de acordo não apenas com os objetivos institucionais, como também com as metas da “Ação Programada em Ciência e Tecnologia”, n. 29.

Este documento, incluso no III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PBDCT - (instrumento de política científica do Governo que contém planos e programas de ação para a Ciência e Tecnologia), tem como um de seus objetivos “contribuir para a definição de uma futura política nacional de ICT, na qual, entre outros pontos, se compatibilizem os interesses dos usuários e produtores individuais e institucionais de ICT com as prioridades e possibilidades da sociedade como um todo, visando a colaborar para que se alcance um desenvolvimento harmônico e justo, tanto no plano científico e tecnológico, quanto social, humanístico e cultural”,<sup>24</sup> procurando-se enfatizar o acesso à informação - uma das grandes questões a serem resolvidas no contexto do sistema de comunicação científica

Para fins de operacionalização do referido estudo está sendo utilizado como ponto de referência o

modelo de comunicação científica de Garvey & Griffith,<sup>25</sup> desenvolvido a partir de seus estudos na área da Psicologia, ampliado mais tarde para outras áreas, e que trata do “completo espectro de atividades associadas a produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe a idéia para sua pesquisa até que seus resultados sejam aceitos como constituintes do conhecimento científico”.<sup>26</sup> Tais atividades cobrem os domínios informais (conversas entre pares, cartas, telefonemas) e formais (artigos de periódicos, livros, relatórios, sistemas de informação) de comunicação, onde a informação passa por um processo avaliativo e integrativo.

Os sistemas de informação via de regra preocupam-se apenas com os canais formais de comunicação, desconhecendo os caminhos que no caso os cientistas percorrem na geração e busca de informação e que variam de acordo com múltiplos fatores. Os chamados Sistemas de Recuperação da Informação, no seu sentido mais amplo, ou seja, não apenas aqueles desenvolvidos especificamente para pesquisadores, deveriam ser planejados levando em conta este modelo, no sentido de cumprir sua função - recuperar informação para a comunidade, a partir do reconhecimento de que “a igualdade de oportunidades de acesso à informação científica para todos os usuários deve ser aceita como o único princípio ético correto e dar apoio aos especialistas nos campos da ciência, da economia nacional, da cultura e da educação, ou seja, a todas as áreas da atividade humana. Mas, certamente, não se exclui um enfoque diferenciado na prestação de serviços informativos às distintas categorias de usuários, segundo suas características específicas, necessidades, hábitos, solicitações, etc.”<sup>27</sup>

Portanto, o profissional de informação deve estar consciente do seu papel atuante no fluxo da informação, em busca de caminhos que viabilizem o planejamento de serviços de informação e a respectiva

23 COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Memória Institucional do IBGE: um estudo exploratório-metodológico. Rio de Janeiro, 1990 (Proposta de dissertação para obtenção do grau de mestre em Ciência de Informação), p.6.

24 PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 3 (Brasil). *Informação em Ciência e Tecnologia*. Brasília: 1980. (Ação Programada em Ciência e Tecnologia, 29), p.14.

25 GARVEY, W. D.; GRIFFITH, B. C. Communication and information processing within scientific disciplines: empirical findings for psychology. In: GARVEY, W. D. *Communication: the essence of science*. New York: 1979, p.12.

26 GARVEY, W. D. *Communication: the essence of science*. New York: 1979, p.11. (Preface).

27 MIKHAILOV, A. I. La información en un mundo en desarrollo: circunstancias del futuro usuário. *Documentación*, n. 62, 1985, p.6.

avaliação de sua eficácia, empreendendo estudos de usuários, seus hábitos, atitudes e necessidades de informação. Há que estar equipado para acompanhar o crescimento da literatura e inserir-se nos processos de comunicação científica que envolvem produção, comunicação e assimilação do conhecimento, levando em conta ainda a interdisciplinaridade da ciência e os modos de produção científica. Em última análise, ouvir e fazer ouvir as demandas da sociedade com a qual está comprometido.

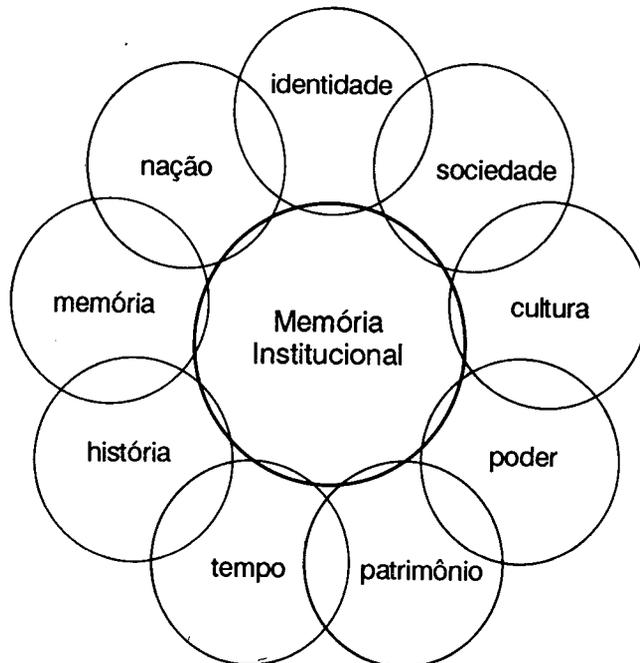
Sabe-se que a memória é seletiva por natureza. No entanto, é preciso saber também o porquê do binômio memória-esquecimento ou memória-silêncio, já que há muitas razões para lembrar e outras tantas para esquecer. Se o objetivo maior é a recuperação da memória institucional, importa que a massa documental - escrita e oral - produzida em diferentes momentos, seja representativa da trajetória do IBGE como um todo, em seus diversos segmentos. Cumpre cuidar da memória hoje para que se tenha a história sempre.

Nesse sentido, consideraram-se primordiais os conceitos abaixo esquematizados para a melhor compreensão dos elementos que implícita ou explicitamente formam o edifício da memória institucional, sem os quais não seria possível revelar um retrato de corpo inteiro das questões subjacentes ao tema ora tratado. O que não quer dizer, ressalte-se, que se pretenda esgotar o assunto ou fechar o cenário como certo ou definitivo. Entende-se, no entanto, que omitir tais conceitos certamente conduziria a falhas de visão no tratamento das atividades relacionadas à memória institucional.

A literatura especializada oferece alguns trabalhos desenvolvidos por pesquisadores das áreas de Sociologia, História, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Educação e Ciência da Informação, que serão reunidos nesta revisão, extraídos de seus contextos originais. O tema da memória passa necessariamente por essas áreas do conhecimento já citadas, além de outras que não serão aqui mencionadas por questões metodológicas.<sup>28</sup>

O conceito de nação está vinculado ao princípio da identidade, "cuja representação concreta se expressa na capacidade que têm os homens de identificar-se, a si e a seu povo, com o patrimônio comum que, em última análise, outra coisa não é senão a comum participação e fruição das conquistas culturais de um povo".<sup>29</sup> A questão da identidade é algo muito complexo. Segundo Matta, importa saber quem somos, como somos e por que somos. "Sobretudo quando nos damos conta de que o homem se distingue dos animais por ter a capacidade de se identificar, justificar e singularizar: de saber quem ele é".<sup>30</sup>

E o que seria uma cultura nacional? Ortiz entende que "falar em cultura brasileira é falar de relações de poder". Para ele "toda a identidade é uma construção simbólica, o que elimina portanto as dúvidas sobre a veracidade ou a falsidade do que é produzido. Dito de outra forma, não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos".<sup>31</sup>



*O conceito de memória institucional, representado pelo círculo central, relaciona-se com os demais conceitos representados pelos círculos menores que se tangenciam, indicando as relações entre si, conforme será discutido a seguir.*

28 A literatura sobre memória é extremamente rica e muitos são os pontos de vista dos autores. Não serão abordadas aqui as visões psiquiátricas, biológicas ou neurofisiológicas, uma vez que fogem aos objetivos deste trabalho.

29 SALCEDO, L. G. L. [Museus Nacionais]. Rio de Janeiro, 1988, p.25-26. (Trabalho apresentado ao seminário "Museus Nacionais: perfil e perspectivas").

30 MATTÁ, Roberto da. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, 1984, p.16.

31 ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, 1985.

Bourdieu afirma que o poder é um tipo de círculo “cujo centro está em toda parte e em parte alguma - é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.<sup>32</sup>

Na sua *Microfísica do Poder*, Foucault, citado por Japiassu & Marcondes desenvolve a idéia de que “o poder se exerce na sociedade não apenas através do Estado e das autoridades formalmente constituídas, mas de maneiras as mais diversas, em uma multiplicidade de sentidos, em níveis distintos e variados, muitas vezes sem nos darmos conta disso”.<sup>33</sup> Segundo ele, o poder não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social. Não é uma propriedade que se possui ou não. Na verdade, existem relações de poder que se disseminam por toda a estrutura social. Foucault entende que existe uma relação específica de poder, com tecnologia própria, que incide sobre os indivíduos enclausurados e não se limita às prisões, encontrando-se ainda na fábrica, na escola, na caserna, no hospital. É o poder disciplinar. No entender de Machado “todo saber tem sua gênese em relações de poder”,<sup>34</sup> o que se explica a partir da idéia de que o saber é dotado estatutariamente de poder e funciona na sociedade doado de poder. É enquanto é saber que tem poder.

Salcedo considera a noção de patrimônio uma noção política. Patrimônio seria “uma relação constante entre a maneira que o povo tem de resolver sua existência e os instrumentos que foi capaz de criar para isso. Patrimônio é a capacidade de transformar o mundo que se guarda na consciência através da herança cultural. [...] É a capacidade histórica que herdamos para vencer as dificuldades que enfrentamos e continuamos a enfrentar, e que nosso povo supera criativamente a partir de sua luta, a partir de sua experiência, a partir dessa coisa que nós enclausuramos no mundo do diferente e que se chama cultura”.<sup>35</sup>

Num sentido antropológico, Margaret Mead, citada por Japiassu & Marcondes, define cultura como “o conjunto histórico e geograficamente definido das instituições características de determinada sociedade designando não somente as tradições artísticas, científicas, religiosas e filosóficas de uma sociedade, mas também suas técnicas próprias, seus costumes políticos e os mil usos que caracterizam a vida cotidiana”.<sup>36</sup>

A questão dos patrimônios é abordada por Jeudy do ponto de vista filosófico. No seu entender, “por trás das preocupações habituais da salvaguarda dos

patrimônios manifesta-se o desejo de valorizar as memórias coletivas das sociedades. Não se trata de uma nostálgica volta ao passado nem uma recusa em viver o tempo presente. Para além dos prazeres obsessivos da salvaguarda dos objetos, surge um movimento de consagração de todos os signos culturais”.<sup>37</sup> Para ele é tempo de apreender as funções sociais dos últimos representantes de determinadas épocas. É quando “as memórias subjetivas, individuais convergem; forjam um estranho edifício da memória coletiva. Os relatos, os documentos tornam-se mais essenciais do que os lugares ou os objetos”.<sup>38</sup>

Nesse sentido, negligenciar tais conceitos pode significar cairmos no erro comum, tão visível nas instituições culturais que promovem atividades de preservação de patrimônios, de priorizar um simulacro de identidade, onde nos identificamos com o exótico e o singular, com “a imagem que preparamos para expor ao mundo sobre nós”, mas que definitivamente não retrata a realidade nacional. “Patrimônio de um povo, patrimônio nosso, é a terra em que um povo habita e vive, o território que ele transformou com seu trabalho, convertendo em sociais as paisagens e os recursos naturais. Patrimônio é, portanto, a capacidade que se expressa historicamente no poder de dominar e adaptar as condições de existência material às necessidades do ser social. Patrimônio é a acumulação das experiências bem-sucedidas ou erradas que tem um povo com o território que habita, graças às quais pôde convertê-lo em país. A crítica da razão colonial nos faz conhecer tudo isso como insignificante...”.<sup>39</sup>

Novamente Matta com a palavra. “Mas o Brasil com B maiúsculo é algo muito mais complexo. É país, cultura, local geográfico, fronteira e território reconhecidos internacionalmente, e também casa, pedaço de chão calçado com o calor de nossos corpos, lar, memória e consciência de um lugar com o qual se tem uma ligação especial, única, totalmente sagrada. É igualmente um tempo singular cujos eventos são exclusivamente seus, e também temporalidade que pode ser acelerada na festa do carnaval; que pode ser detida na morte e na memória e que pode ser trazida de volta na boa recordação da saudade. Tempo e temporalidade de ritmos localizados e, assim, insubstituíveis. Sociedade onde pessoas seguem certos valores e julgam as ações humanas dentro de um padrão somente seu. Não se trata mais de algo inerte, mas de uma entidade viva, cheia de auto-reflexão e consciência: algo que se soma e se alarga para o futuro e para o passado, num movimento próprio que se chama História”.<sup>40</sup>

Assim, se o pesquisador pretende libertar-se dos mitos da história oficial, ao debruçar-se sobre seu objeto de estudo - as sociedades e as instituições -

32 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, 1989, p.7-8.

33 FOUCAULT, Michael, apud JAPIASSU, Hilton, MARCONDES Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro, 1990, p.196-197.

34 MACHADO, Renato. *Ciência e saber*; a trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro, 1981.

35 SALCEDO, op. cit., p.32.

36 MEAD, Margaret, apud JAPIASSU, Hilton, MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro, 1990, p.63.

37 JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro, 1990, p.1.

38 Id. *ibid*, p.16-17.

39 SALCEDO, op. cit., p.27-28.

40 MATTA, op. cit., p.12.

deve desenvolver um olhar plural que possa dar conta da diversidade que envolve o homem na sua trajetória existencial. É importante refletir sobre as idéias de pensadores como Salcedo quando alerta para o risco de se “converter num monstro este ser que ao longo de sua história se fez gigante e que nós conhecemos com o nome de Homem”.<sup>41</sup>

Em entrevista à *Isto é/Senhor*, Carlos Guilherme Mota afirma, em resposta à questão “O que morre com os anos 80?” no Brasil:

*“A cultura da guerra fria. Mas também uma certa noção de cultura, de Brasil, de jeitinho, de conciliação. Dissipa-se essa neblina ideológica da Nova República para enxergarmos as questões básicas e graves do País. Fecha-se um ciclo, desarticula-se o modelo político de exclusão cultural, a visão tipo Casa Grande e Senzala e também a época dos homens partidos. Morre o homem cordial, mas se descobrem novas formas de solidariedade cidadã. É a fraternité militante. Morre com os 80, sobretudo, a figura do brasileiro súdito-contribuinte para dar lugar ao cidadão-pleno, construção difícil quando olhamos para nossos 400 anos de escravidão. Nova cidadania que deverá ser exercida em todos os seus direitos, mas também com obrigações muito precisas, como propunha o abade Grégoire na fase jacobina da Revolução Francesa. [...] Agora me parece que o lema é ‘não seja marginal, seja cidadão pleno’”<sup>42</sup>.*

Atentos agora para os cuidados necessários no encaminhamento do tema, passemos a outros conceitos também encontrados na literatura especializada, no sentido de detectar de que forma podem contribuir para a construção de caminhos que conduzam a um olhar amplo e plural da memória.

A memória possui traços diferenciados que se materializam tanto na cultura de um povo, de um País, quanto nas idéias daqueles que constituem um grupo, uma cidade, uma Nação. É memória uma data significativa, uma festa de aniversário, o folclore, a música, o retrato na gaveta, o álbum de família, o arquivo pessoal, a biblioteca do município, o vídeo sobre um evento, as ruínas de antigas cidades, um machado de pedra, uma espécie em extinção... É comum observar-se, no entanto, preocupação geral com os fatos ditos “memoráveis”, com os grandes vultos que se destacam na condução dos fatos, com os instrumentos criados/utilizados no desenrolar dos fatos por seus principais vultos. No entanto, na dinâmica da História, como definir a relevância dos acontecimentos e priorizar este ou aquele vulto/personagem?

Brecht, dramaturgo e poeta alemão, com a palavra:

*“Quem construiu a Tebas de sete portas?  
Nos livros estão nomes de reis.  
Arrastaram eles os blocos de pedra?”*

*E a Babilônia várias vezes destruída -  
Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas  
Da Lima dourada moravam os construtores?  
Para onde foram os pedreiros, na noite em que  
a Muralha da China ficou pronta?  
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.  
Quem os ergueu? Sobre quem  
Triunfaram os Césares? A decantada Bizâncio  
Tinha somente palácios para seus habitantes? Mesmo  
na lendária Atlântida  
Os que se afogavam gritaram por seus escravos  
Na noite em que o mar a tragou.*

*O jovem Alexandre conquistou a Índia.  
Sozinho?  
César bateu os gauleses.  
Não levava sequer um cozinheiro?  
Filipe da Espanha chorou, quando sua Armada  
Naufragou. Ninguém mais chorou?  
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.  
Quem venceu além dele?*

*Cada página uma vitória.  
Quem cozinhou o banquete?  
A cada dez anos um grande homem.  
Quem pagava a conta?*

*Tantas histórias.  
Tantas questões.”<sup>43</sup>*

Estas são as “Perguntas de um trabalhador que lê”, as quais não se pode responder, entre outras inúmeras razões devido às omissões da história oficial. Podemos, no entanto, refletir sobre elas e considerá-las sempre que iniciarmos buscas nos escaninhos da memória. Aquela memória que hoje construímos com vistas ao amanhã.

O declínio do Positivismo e seu rigor metodológico, que nos induz a acreditar na neutralidade da ciência, entre outras heresias, possibilita agora a convivência de enfoques diferenciados na metodologia das Ciências Sociais. A História das Mentalidades, que hoje apresenta uma vasta produção científica procurando recuperar aspectos da vida cotidiana nunca antes estudados, abre um leque de possibilidades, com lentes de várias cores e tamanhos, para o estudo de novos problemas, novos objetos, novas abordagens. A chamada Nova História, que tanta contribuição tem dado às Ciências Sociais, tem como um de seus principais representantes Jacques Le Goff, reconhecido pela revalorização dos estudos medievais e pela relevância da narrativa na construção da história.

Segundo Le Goff, “o conceito de memória é crucial”.<sup>44</sup> Não é mais possível desconhecer-se as relações e as diferenças entre a memória e a história. O passado e o presente apresentam-se como oposição constante nos estudos das durações históricas, onde o tempo histórico - lembrar ou esquecer - é

41 SALCEDO, op. cit., p.38.

42 PRADO, Antonio Carlos. Morreu o brasileiro cordial (Entrevista a Carlos Guilherme Mota). *Isto é Senhor*, n. 1058, 1989.

43 BRECHT, Bertolt. *Brecht: poemas 1913-1956*. 4. ed. São Paulo, 1990, p.167.

44 LE GOFF, Jacques. (Coord.) *Memória e História*. Lisboa, 1984.

elemento de alimentação e realimentação dessa história.

Os documentos, onde quer que estejam organizados - nos arquivos, nas bibliotecas ou nos museus, nas idéias, nos gestos e nas palavras -, constituem os traços ou os materiais da memória. No entanto, como observado por Le Goff, há que se buscar na "leitura" de tais documentos a ideologia que carregam, para que não venhamos a cair nas armadilhas da história oficial. Assim se refere ele à questão do papel do pesquisador, no caso do historiador, quando se debruça sobre os materiais históricos - os documentos, no seu sentido amplo.

"A memória colectiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. [...] Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador".<sup>45</sup> E adiante Le Goff acrescenta: "A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objectivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento - qualquer que ele seja - enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite à memória colectiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa".<sup>46</sup> Ainda Le Goff:

"O documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e os ensinamentos (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo".<sup>47</sup>

Nesse sentido, vejamos o que nos oferecem Viana, Lissousky e Sá, estudiosos da Arquivologia, com suas questões teóricas pertinentes à organização documental em arquivos privados de homens públicos, idéias essas que a nível macro poderiam estender-se aos arquivos públicos:

*"Aponta-se para uma relação orgânica entre os documentos e o arquivador: aqueles ficam como que orbitando em torno do centro de gravidade que é quem os acumulou. Se os documentos não devem ser afastados do seu centro gravitacional, o modo de acumular é que lhes confere sentido, que os torna inteligíveis. Desaperceber-se do modo de acumulação pode implicar no remanejamento das órbitas, por conseguinte construir relações outras, com a implosão do sentido original. [...]*

*Os momentos de criação do arquivo podem ter sujeitos diversos. O processo de acumulação é dinâmico comportando revisões de articulações e remanejamento de peças, o que dificulta, ainda que não impeça surpreender seu movimento, sua trajetória: sua vontade de guardar. O que está em questão, portanto, é saber o que o arquivador quer com seus registros. A reflexão deve incidir sobre a globalidade de sua lógica e não sobre o conjunto de informações que seus conteúdos possam fornecer".<sup>48</sup>*

O arquivador - nem sempre presente quando se estuda e se organiza o produto por ele acumulado na sua trajetória de vida pública ou privada - e o arquivista, que se depara com um universo que via de regra desconhece, deveriam "conversar" antes de iniciados os trabalhos de organização da documentação. Caso contrário, muito dificultada será a pesquisa quando da abertura do acervo à consulta.

De acordo com essa reflexão, pois, "a lógica do arquivo não reside nos documentos, mas na pessoa, o sujeito que os seleciona e arranja. Não é a produção do documento que interessa, mas a constituição da coleção".<sup>49</sup>

Le Goff aponta para os riscos que corre o historiador na análise documental, ao confundir a idéia do documento com o monumento. Importa atentar também para o alerta dos autores acima citados, para que não se incorra nos erros de mutilação de arquivos, quer sejam públicos ou privados, quando da sua utilização como fonte de pesquisa.

45 LE GOFF, op. cit., p.95.

46 Id. ibid, p.102.

47 Id. ibid, p.103.

48 VIANNA, Aurélio, LISSOUSKY, Maurício, SÁ, Paulo Sergio Morais de. A vontade de guardar; lógica de acumulação em arquivos privados. *Arq. & Adm.*, n.10-14, v.2 Rio de Janeiro, 1986, p.68.

49 Id. ibid, p.66.

## 4 A Memória do IBGE: Objetivos, Projetos e Perspectivas

---

Inaugurada a chamada Nova República, despontou em inúmeros setores da vida nacional a preocupação, que já vinha sendo germinada de forma latente, com o resgate de sua memória, materializada em idéias, experiências e lutas que geram os traços culturais de uma Nação, condenados durante longo tempo ao esquecimento ou mesmo à destruição. O direito de lembrar mobilizou os cidadãos em direção à busca e preservação de seu passado recente.

O IBGE, instituição de âmbito nacional, que há 56 anos produz informações que refletem a trajetória da população brasileira, não poderia furtar-se ao desafio de lançar as bases do seu Projeto Memória.

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é um órgão vinculado ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, com personalidade jurídica de direito privado e tem por finalidades "a pesquisa, produção, análise e difusão de informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica, geodésica, demográfica, socioeconômica, de recursos naturais e de condições do meio ambiente, com vistas ao conhecimento da realidade física, humana, econômica e social, relacionados com programas e projetos de desenvolvimento nacional".<sup>50</sup>

A oportunidade do Cinquentenário do IBGE (1986) motivou a idéia de se "reunir toda a massa documental escrita, produzida em diferentes etapas de existência do órgão, assim como todos os relatos e testemunhos prestados por autoridades e servidores, com vistas à criação de uma memória histórica da instituição".<sup>51</sup> Com essa finalidade foi constituída uma comissão encarregada de definir critérios de avaliação de relevância da documentação a ser levantada e apontar os caminhos institucionais que viabilizariam o projeto, denominado "PROJETO MEMÓRIA DO IBGE". A coordenação da referida

comissão coube à Biblioteca Central (atual Departamento de Documentação e Biblioteca-DEDOC), depositária oficial de toda a memória documental da instituição, a quem incumbe "planejar, coordenar e executar as atividades de seleção, aquisição, armazenamento e manutenção das coleções que constituem o acervo impresso existente no IBGE, para fins de recuperação e disseminação das informações contidas nesse acervo; estabelecer diretrizes que assegurem a normalização, a incorporação, a preservação e o uso da documentação produzida pelo IBGE, que constitui a memória técnica institucional; [...]"<sup>52</sup>

Terminada a "Exposição Comemorativa do Cinquentenário do IBGE", realizada no Palácio Gustavo Capanema de 17 a 27 de junho de 1986, alguns resultados puderam ser vislumbrados, a saber:

- credibilidade do Projeto, a partir da constatação, por parte de funcionários e ex-funcionários, de que a Instituição tem uma memória viva, enriquecida pela participação de cada um;
- crescimento do acervo histórico em decorrência de inúmeras doações por parte daqueles que passaram a acreditar numa proposta que envolve a trajetória de todos;
- produção de trabalhos com o objetivo de registrar fatos significativos para a história do IBGE, como consequência ainda da conscientização do valor do registro das atividades desenvolvidas pelo IBGE;
- organização de referentes metodológicos, onde estão disponíveis todos os documentos utilizados na elaboração do roteiro da Exposição, fonte para a produção de documentos sobre a história do IBGE;
- produtos de disseminação da memória do IBGE - documentos, *posters*, retratos, fotos, instrumentos de trabalho - que podem ser expostos de modo a

50 BRASIL. Decreto nº 97.434, de 5 de Janeiro de 1989. Altera o Estatuto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Diário Oficial*, [da República Federativa do Brasil], v. 127, n.5, Brasília, 1989, p.369.

51 PROJETO Memória do IBGE; anteprojeto de pesquisa. Rio de Janeiro, 1985.

52 Anteprojeto do Estatuto do IBGE.

indicar as interligações entre o trabalho do IBGE e o desenvolvimento da sociedade e do Estado, revelando-se instantâneos da trajetória da sociedade brasileira;

- contribuição para a história das instituições do Brasil. A complementação das informações contidas no acervo histórico, através de depoimentos de personagens representativos de sua história, permitirá que o IBGE seja incluído na "galeria de experiências pioneiras de resgate da memória das instituições brasileiras - quer destinadas ao ensino e/ou à pesquisa".<sup>53</sup>

Maria das Graças de Oliveira Nascimento, do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - do IBGE é uma das técnicas mais identificadas com o trabalho de estabelecimento da Memória Institucional, tendo se empenhado para a formação de um grupo, na Instituição, que se dedicasse sistematicamente ao resgate dessa memória. Em trabalho apresentado no I Seminário Sobre Documentos Não Convencionais, do qual é uma das autoras, está o que se pode considerar o cerne da concepção do Projeto Memória Institucional, conforme transcrição a seguir:

*"Registrar a memória de uma instituição pública como o IBGE envolve necessariamente um conjunto de ações coordenadas cujo produto final é a organização do acervo documental (escrito e oral), audiovisual, iconográfico e tridimensional produzido em diferentes épocas da existência do órgão.*

*A primeira etapa desse processo constitui-se em identificar os fatos relevantes da trajetória da instituição, seus resultados, tanto teóricos quanto práticos e analisar, a partir desses elementos, sua relação com a sociedade e o Estado. A partir desse fio condutor é possível estabelecer procedimentos de busca e seleção do material relevante à missão institucional do IBGE e analisar a produção de informações, os processos utilizados, o formato organizacional, a participação dos funcionários e a imagem da instituição frente à sociedade.*

*Como hipótese inicial para estabelecimento dessa etapa partiu-se da premissa de que a linha dos trabalhos desenvolvidos na instituição estava associada às orientações técnicas e políticas das diferentes gestões administrativas, procurando-se, dessa forma, estabelecer um balanço global das decisões em cada fase, bem como seus efeitos futuros.*

*A segunda etapa do processo compreende o levantamento do acervo da Gerência de Documentação e Biblioteca (GEDOC) [atual Departamento de Documentação e Biblioteca - DEDOC] do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - do IBGE, depositária oficial da memória documental da instituição, da documentação disponível sobre a produção de informações. O estudo das obras existentes permite avaliar a importância das atividades técnicas exercidas na instituição e estabelecer uma nova dimen-*

*são do registro histórico que assegura a incorporação das experiências anteriores e minimiza o desperdício que resulta do "esquecimento" de teses e trabalhos de outras gestões.*

*A terceira etapa, da maior importância, visa a "despertar o interesse e a consciência dos funcionários quanto à importância da conservação de documentos como parte integrante de sua participação nas atividades da instituição", adotando-se a logomarca "Uma instituição é tão mais forte quanto mais viva for a sua memória" (1), impressa em todos os documentos elaborados no âmbito do Projeto Memória do IBGE.*

*Tendo em vista a dimensão do projeto, foi instituída uma comissão(2) para definir os critérios de avaliação da documentação levantada e apontar caminhos institucionais que viabilizassem o "Projeto Memória do IBGE".*

*Em 1986, no dia 29 de maio, o IBGE completaria 50 anos de instalação. A comemoração do Cinquentenário e a necessidade urgente de recuperar documentos e o material relevante à preservação da memória institucional indicavam esta data para o lançamento oficial do Projeto.*

### 3 A EXPOSIÇÃO DO CINQUENTENÁRIO

*A Comissão do Projeto Memória do IBGE confirmou como data propícia ao lançamento oficial do Projeto o Cinquentenário da Instituição, que deveria ser comemorado por uma exposição no dia 29 de maio de 1986, já sob a responsabilidade da Comissão constituída.*

#### 3.1 Metodologia para Estabelecimento do Roteiro Histórico

*Como ponto de partida para o estabelecimento dos marcos históricos da instituição reuni-se publicações editadas pelo IBGE e obras de referência sobre essas publicações. (3) (4) (5) (6) (7).*

*As publicações e documentos produzidos ao longo dos anos no IBGE e mesmo os que antecediam a criação da instituição foram ordenadas por ano de edição; isto foi facilitado pela emissão de uma bibliografia cronológica das obras publicadas pelo IBGE(4) pelo Sistema Bibliodata/CALCO. Esta ordenação permitiu que fossem identificadas as representações dos marcos históricos, sob a forma de publicações. Por exemplo, um congresso internacional onde se propõe uma nova metodologia posteriormente adotada pelo IBGE tem como consequência, no decorrer de algum tempo, a produção de documentos e publicações que adotam esta nova metodologia. O mesmo se aplica na identificação de mudanças políticas e administrativas do IBGE refletidas em documentos.*

*A identificação dos marcos históricos permitiu que se delimitassem segmentos na trajetória da instituição, correspondentes aos seguintes períodos:*

*ANTECEDENTES (1870/1933) - mostra os condicionantes para a criação do IBGE;*

*FORMAÇÃO (1934/1939) - mostra a estruturação do IBGE, destacando-se a criação do Instituto Nacional de Estatística, sua instalação (1936), criação do Conselho Brasileiro de Geografia (1937) e do Serviço Nacional de Recenseamento (1938), que viriam constituir as três alas formadoras do Instituto Brasileiro de Geo-*

53 COSTA, Icléia Thiesen Magalhães; NASCIMENTO, Maria das Graças de Oliveira. Memória do IBGE; relato de uma experiência. In: SEMINÁRIO SOBRE DOCUMENTOS NÃO CONVENCIONAIS, 1, 1988. São José dos Campos (não publicado).

grafia e Estatística (IBGE) em 1938. Mostra também que a missão do IBGE era a de promover, fazer executar ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, assim como as atividades de natureza geográfica, a partir da progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política na República e da iniciativa privada.

**CONSOLIDAÇÃO (1940-1950)** - evidencia o esforço para implantação efetiva do IBGE, através de trabalhos que favoreciam o conhecimento do Território Nacional, a partir do mapeamento do espaço geográfico e da obtenção de estatísticas nacionais. Desta fase foram o Recenseamento Geral de 1940 e os trabalhos denominados Campanhas Estatísticas e Geográficas.

**PERÍODO 1950/1960** - na década de 50 o IBGE passa por crises decorrentes da avaliação de sua produção em relação a objetivos nacionais, a necessidade de modernização do sistema de produção de estatísticas (censo - amostragem) e a padronização de acordo com organismos internacionais. São desenvolvidos estudos para a valorização e o desenvolvimento regional. Tem início a formação de técnicos da área de Estatística, através da criação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas;

**PERÍODO 1960/1967** - é um período de grandes transformações nos níveis técnico, político e administrativo; são feitos estudos para a reformulação estrutural do órgão, face à redefinição das estatísticas e os estudos voltados para o planejamento econômico e social;

**PERÍODO 1967/1972 - PRIMEIRA FASE DA FUNDAÇÃO** - o Decreto-lei nº 161, de 15 de fevereiro de 1967, autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a atribuição de coordenar as atividades do Sistema Estatístico Nacional, bem como as de natureza geográfica e cartográfica. A Instituição passa a ter autonomia administrativa e financeira, além de personalidade jurídica própria;

**PERÍODO 1973/1986 - SEGUNDA FASE DA FUNDAÇÃO** - com a lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, iniciava-se a segunda fase da Fundação IBGE. Alterava-se a estrutura organizacional: os Institutos Brasileiro de Estatística, de Geografia e de Informática são transformados em Diretorias a partir das áreas de Estatística e Geografia. A concepção interdisciplinar passa a ser orientadora na produção de informações. Há uma centralização das decisões do que produzir e na execução desta produção.

Este quadro permanece até março de 1985. Ao emergir a Nova República há uma mudança e procura-se uma nova imagem para a Instituição, bastante desgastada no período 82-85, por denúncias sobre manipulação dos índices, bases para os cálculos da inflação. Resgatar a credibilidade, através da transparência dos processos utilizados, além da liberação das informações para a sociedade, torna-se a meta prioritária para as administrações posteriores a 1985.

Delimitados os períodos históricos, procedeu-se à seleção dos trabalhos que melhor os representassem. Consultas à Legislação Básica do IBGE, mudanças de estruturas, discursos de posses e de instalação de unidades em cada período foram identificadas, analisadas e confrontadas, de modo a avaliar a importância dos eventos, em cada área temática. As áreas temáticas correspondiam às áreas de atuação do IBGE; Estatística, Formação, Geografia e Recursos Naturais, Geodésia e Cartografia, Informática, Unidades Regionais.

Foi contratada uma consultora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea - CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, com a finalidade de assessorar a comissão na escolha do roteiro e na definição de critérios para seleção do material iconográfico que figuraria na Exposição. Com seu auxílio foi possível a fusão de três propostas de roteiro apresentadas: [vide quadro abaixo]

Vale observar que a proposta três causou reação nos membros da Comissão porque mostrava um IBGE menos ortodoxo. A solução foi combinar as três propostas, ganhando a Exposição mais plasticidade e leveza.

### 3.2 Iconografia

#### Levantamento

Nesta fase realizou-se ampla pesquisa iconográfica. Inicialmente, consultou-se os arquivos da Biblioteca Central do IBGE (atual GEDOC) [hoje DEDOC], as Revistas Brasileira de Geografia e a de Estatística. Até esse momento ainda não se havia realizado qualquer ação promocional do Projeto, pois pretendia-se estabelecer o balanço do material existente na Biblioteca.

Através de representantes das áreas, que constituíram uma Subcomissão (8), o material era recolhido na diversas áreas e encaminhado ao Projeto. Parte dele foi doado ou emprestado. Foram identificadas pessoas

ÁREA	TEMA	OBJETIVO
ESTATÍSTICA	IBGE 50 ANOS: FORMAS E CAMINHOS DE CONHECER O BRASIL	Mostrar de forma global o produto, o processo, a estrutura e a participação dos funcionários na produção de informações
GEOGRAFIA	O IBGE - EVOLUÇÃO E ATIVIDADE EM 50 ANOS DE EXISTÊNCIA	A partir das origens em 1936 e 1937, analisava-se a consolidação da instituição de 1938 a 1967 e a transformação da instituição a partir de 1968 até 1986
COMUNICAÇÃO SOCIAL	O IBGE NÃO É MELHOR DO QUE NINGUÉM, SÓ QUER MOSTRAR QUE É HISTÓRIA TAMBÉM	Propunha utilizar fotos, recortes de jornais e textos que mostrassem a produção de estatísticas no tempo do Imperador, a Mística Ibgheana, o Tempo da Fundação e Novos Tempos

que eram verdadeiras guardiãs da Memória, pois graças a elas, mesmo sem nenhuma diretriz institucional, fotos, documentos, recortes de jornais e jornais de associações eram localizados e recolhidos.

O trabalho de coleta das informações criou tal envolvimento que a Comissão instituiu a COMENDA DO BARTOLOMEU. Bartolomeu, simbolizado por um sapo, representava a Memória do IBGE (9). Instituiu-se assim uma marca para o Projeto Memória, que foi amplamente difundida, pela edição da revista *Nova Imagem*.

Externamente foram consultados o Arquivo Nacional, a Rádio Nacional, o Museu da Imagem e do Som, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e o CPDOC, para se complementar as fontes internas.

### Seleção do Material Iconográfico

- a) FOTOS - Inicialmente, grande parte das fotos coletadas eram cobertura das atividades dos Recenseamentos Gerais. Para efeito de seleção, identificou-se cada uma de suas fases: planejamento, propaganda, distribuição do material, coleta e tratamento das informações. Adotou-se como critério de seleção as fotos que mostrassem ações ligadas à produção das informações, levando-se em conta também a qualidade fotográfica e a identificação existente; por causa disto muitas fotos foram descartadas. Após a seleção fez-se legendas que traduzissem o evento retratado;
- b) RECORTES DE JORNAIS E REVISTAS, CHARGES - via-de-regra foram utilizados para caracterizar a imagem da instituição em relação à sociedade e à época. Como órgão público, o IBGE sempre esteve presente nas manchetes, permitindo assim que se identificasse os períodos de maior ou menor credibilidade em seus trabalhos;
- c) JINGLES, VÍDEOS, FILMES - eram geralmente propagandas censitárias e relativos a eventos onde compareciam autoridades como o Presidente da República e Ministros de Estados, refletindo a importância do IBGE para as autoridades governamentais. Nesse caso, a seleção foi orientada pelo destaque dos personagens. Mais uma vez, alguns materiais foram descartados por falta de identificação;
- d) INSTRUMENTOS DE TRABALHO - a coleta permitiu acompanhar a evolução do processo de produção, principalmente nas áreas de estatística, informática e cartografia. Nessas áreas a modernização foi mais rápida nos processos de produção.

### 3.3 Montagem da Exposição

A materialização da exposição foi feita basicamente através da reprodução de fotos preto e branco montadas em painéis. Complementando-os utilizou-se recortes de jornais e fac similis de documentos relevantes.

Documentos sonoros foram usados, visando a criar um ambiente integrado.

Foram feitos 247 painéis, distribuídos em seis módulos, de acordo com os períodos identificados na cronologia. Também foram montadas áreas de destaque, para mostrar aspectos ligados aos temas apresentados, como a "Homenagem a Perci Lau", artista ibgeano que retratou o Brasil em seus desenhos; oito vitrines que mostravam instrumentos de trabalho das diversas áreas de trabalho do IBGE. Outros destaques: o Projeto da Geodésia e Cartografia e o Banco de Dados do IBGE, onde usuários podiam consultar as informações disponíveis neste banco, através de terminais.<sup>54</sup>

Aqui termina a transcrição do documento que foi a primeira iniciativa de se historiar o Projeto Memória do IBGE.

Em 1<sup>a</sup> de setembro de 1990, no bojo da reforma administrativa implementada em todas as Diretorias do IBGE, foi criado o Setor de Memória Institucional, que passou a constituir segmento próprio da estrutura organizacional, perdendo assim o caráter de projeto e se transformando formalmente em programa de atividades.

## 4.1 Objetivos

Retomando os objetivos propostos no Projeto original,<sup>55</sup> que vinham sendo cumpridos de forma assistemática e sem um programa de desembolso institucional, redefiniram-se tais objetivos com vistas ao desenvolvimento das atividades de resgate da memória agora afetos ao Setor de Memória Institucional,<sup>56</sup> que tem por objetivo a identificação, preservação, tratamento e disseminação do patrimônio histórico do IBGE, assim como a identificação de patrimônios, acervos e outros elementos representativos das áreas do conhecimento em que atua o IBGE e que contribuam para essa memória.

Cabe ao Setor de Memória Institucional coordenar e desenvolver projetos relativos às atividades de resgate da memória histórica do IBGE. Dentre estas atividades, destacam-se:

- a) selecionar, reunir, organizar e manter os acervos bibliográfico, arquivístico e museológico da Memória Institucional do IBGE;
- b) identificar e referenciar os acervos históricos da memória institucional, de outras instituições e de particulares, como componentes da memória institucional ou como fontes de pesquisa;
- c) identificar e contactar as pessoas que possam contribuir para o desenvolvimento da memória institucional;
- d) desenvolver o programa de História Oral do IBGE;
- e) elaborar obras de referência, tais como catálogos, manuais, álbuns, memórias, etc., visando à divulgação da memória institucional;

54 COSTA & NASCIMENTO, op. cit., p. 1-7.

55 PROJETO Memória do IBGE, op. cit.

56 NOTAS à Memória Institucional. Rio de Janeiro, 1990.

- f) participar do planejamento e promoção de eventos, tais como exposições, seminários, etc., com a finalidade de divulgar a memória institucional;
- g) incentivar a pesquisa acadêmica que tenha como subsídio a memória institucional;
- h) estabelecer as diretrizes relativas ao uso e à segurança dos acervos da memória institucional; e
- i) estabelecer as diretrizes e bases para a identificação e preservação de acervos existentes nas Unidades Regionais e demais unidades do IBGE, com a participação dos SDDs.

O Setor de Memória Institucional é integrado em 1991 pela seguinte equipe:

Coordenação - Icléia Thiesen Magalhães Costa (museóloga/bibliotecária)

Chefia - Laurinda Rosa Maciel (historiadora)

Regina Celia Acioli Oliveira (arquivista)

Mario dos Santos Malheiros (técnico de audiovisual)

Telma Davina S. L. Firmino Pinto (técnico de estudos e pesquisas)

Tendo em vista que as atividades do Setor exigem técnicos especializados de todas as áreas de atuação do IBGE, optou-se por utilizá-los como consultores, nas oportunidades em que projetos específicos entrem em pauta. Trata-se, na verdade, de solução estratégica que visa a otimizar a administração de pessoal, alocando-se tais recursos especializados apenas na medida das necessidades.

Com vistas ao cumprimento dos objetivos antes descritos, alguns projetos vêm sendo desenvolvidos ao longo dos últimos cinco anos. Passaremos a relatar os principais, procurando com isso "conversar" com a comunidade ibgeana e com a sociedade, no sentido de mostrar, a quantos queiram dar sua contribuição, o andamento de cada projeto.

## 4.2 Projeto de História Oral

Iniciado em 1987, o Projeto tem como objetivo "formar uma base de dados, enriquecida por subsídios colhidos nas entrevistas a serem realizadas, criando fontes históricas de valor inestimável para pesquisadores que desejem se aprofundar em determinados aspectos da história da Instituição, possibilitando uma melhor compreensão dos rumos tomados pela vida ibgeana no seu contexto histórico"<sup>57</sup>.

Na realidade, trata-se de um "conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de memórias gravadas para servirem de fonte primária a historiadores e cientistas sociais" (George Browne, citado por CORRÊA<sup>58</sup>). A técnica de história oral consiste de entrevistas dirigidas ou livres, permitindo que o "entrevistado explique determinados pontos ou relate fatos cuja ausência de material documental

deixou obscuros"<sup>59</sup>. A entrevista é gravada em fita magnética, sendo posteriormente transcrita, revisada pelo entrevistado, corrigida e assinada, obtendo-se daí dois tipos de documentos - o gravado e o escrito - que se complementam, uma vez que o documento escrito perde características de entonação das frases, os vícios de comunicação oral, as hesitações, que são recuperados nas fitas gravadas.

O método de história de vida<sup>60</sup> com entrevistas abertas, permite uma abordagem qualitativa, usando-se roteiros mais ou menos flexíveis, de acordo com os objetivos da pesquisa que se pretende desenvolver. A entrevista temática é utilizada para reconstituir movimentos importantes da trajetória institucional onde o(s) informante(s) se encontra(m) inserido(s), delimitando-se o universo a ser pesquisado. Por isso é comum a sua utilização como parte integrante da metodologia de história de vida.

É um projeto que, pelas suas próprias características artesanais, requer recursos humanos e técnicos de grande porte para que se desenvolva em sua plenitude. Foram feitas até agora oito entrevistas de história de vida, com 20 horas gravadas. Além disso, foram feitas 54 entrevistas temáticas sobre Memória Institucional, com funcionários e ex-funcionários do IBGE, tendo sido ainda aplicados nove questionários a instituições que desenvolvem projetos de resgate de memória, perfazendo um total de 63, com cerca de 65 horas gravadas. Espera-se que, com o desenvolvimento do Setor e com alguns recursos a mais, seja possível dinamizar essas atividades, através de outro projeto que passaremos a descrever.

## 4.3 Projeto Memória do Trabalho de Campo das Atividades do IBGE

Este projeto tem como objetivo criar uma base de dados sobre a vivência tanto dos técnicos que planejam quanto dos que executam atividades de campo, nos seus mais variados aspectos, complementando informações que servirão de subsídios para a construção do edifício da memória institucional.

A coleta de informações será feita através de instrumentos que vêm sendo desenvolvidos por um Grupo de Trabalho integrando representantes de todas as áreas de atuação/atividades de campo. O registro dessas informações será feito de forma diferenciada, tendo em vista que se esperam diferentes formas de resposta, ou seja:

- 1) dos técnicos que planejam e desenvolvem metodologias para as atividades de campo; e
- 2) dos técnicos que executam levantamentos/coleta de dados primários.

Para os técnicos, pretende-se desenvolver roteiro de entrevistas temáticas, a serem gravadas, segundo a técnica de história oral. Para os que executam,

57 COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. *História oral do IBGE; uma proposta de pesquisa*. Rio de Janeiro, 1987 (Trabalho final apresentado à disciplina Metodologia da Pesquisa, para o Curso de Especialização em Documentação e Informação (CDC), à UFRJ/ECO, CNPq/IBICT).

58 BROWNE, George, apud CORRÊA, Carlos Humberto P. *História Oral: teoria e prática*. Florianópolis, 1978.

59 BROWNE, George, op. cit.

serão aplicados questionários que estão sendo construídos, no sentido de que os próprios informantes respondam por escrito às questões formuladas.

O universo de informantes será definido no decorrer das reuniões, de acordo com o consenso do Grupo de Trabalho, bem como a definição da metodologia mais adequada ao levantamento, à sistematização e à disseminação das informações a serem obtidas.

Tendo em vista que as unidades regionais do IBGE constituem áreas potenciais de coleta de informações relevantes à recuperação da memória institucional, e que há mais de 50 anos desenvolvem tais atividades, cumpre sejam envolvidas no projeto tanto na identificação dos informantes, na sua abordagem, no incentivo à resposta, na distribuição dos questionários, etc. Espera-se, assim, o envolvimento de todas as Unidades Regionais, principalmente no que se refere ao apoio operacional ao projeto.

Na realidade, os instrumentos de coleta que vêm sendo elaborados com vistas ao resgate da memória do trabalho de campo podem ser utilizados para captar a vivência dos funcionários e ex-funcionários do IBGE, na sua trajetória institucional, o que nos dá inúmeras possibilidades de trabalho para um futuro próximo.

#### 4.4 A Hora da Memória

Dando continuidade ao resgate de sua memória institucional, o IBGE, através do seu Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI -, amplia seu raio de ação instituindo a Hora da Memória. Este projeto tem como objetivo promover o registro de experiências de ibgeanos e ex-ibgeanos, bem como de representantes de outros segmentos da sociedade, a partir de conversas temáticas ou livres, que vêm sendo realizadas periodicamente. Esta troca se dá através do contato entre narradores e participantes, no pressuposto de que haja identidade entre uns e outros. Ou seja: referências comuns.

Nesse contexto, a narração é o espaço que se abre para a transmissão da cultura ibgeana vista sob a ótica individual, permitindo que se recomponha o passado em lembranças coletivas.

É importante ressaltar que este espaço reservado para a Hora da Memória é extensivo a todos que queiram contar histórias/estórias sobre o IBGE, sobre ibgeanos e ex-ibgeanos, e também está à disposição de outras instituições que desenvolvam projetos semelhantes sobre memória, história oral, etc. Espera-se, assim, abrir o leque de possibilidades de comunicação entre a memória institucional do IBGE e seu corpo de funcionários e ex-funcionários, bem

como aproximar a Instituição daqueles que podem transmitir suas vivências no terreno conservado pela memória.

#### 4.5 Formação do Acervo da Memória Institucional

Para fins de constituição do acervo da Memória Institucional, considera-se *memória* todo tipo de registro do conhecimento, independentemente do seu suporte, produzido no IBGE em suas áreas de atuação, a partir de 1936 e/ou que seja considerado representativo e relevante para a construção de sua história.

O acervo levantado por ocasião do Cinqüentenário do IBGE (1986) vem sendo acrescido de itens incorporados ao longo do tempo; foi constituído a partir de requisições e doações oriundas das diversas áreas do IBGE, e dos funcionários e ex-funcionários da Instituição. Hoje o Setor de Memória Institucional conta com acervos diferenciados (bibliográfico, arquivístico, museológico, ambiental e computacional), existentes nas diversas unidades do Instituto, nem sempre administrados diretamente pela equipe do Setor. O Quadro anexo, embora incompleto, poderá indicar a situação atual de tais acervos.

No entanto, para que se possa identificar o patrimônio histórico institucional, em termos mais abrangentes e sistemáticos, cumpre sejam envolvidas todas as unidades do IBGE e seus respectivos funcionários - agentes construtores da memória institucional. Tal projeto vem sendo concebido em termos conceituais de forma a mapear em todo o País os traços culturais que constituem a história do Instituto.

É necessário, ainda, estabelecer uma política de seleção para assegurar a preservação da unidade histórica da Memória Institucional, definindo-se critérios de seleção do acervo a ser constituído, baseados em experiências acumuladas pelos técnicos que integrarão a Comissão de Seleção a ser instituída, com representantes de todas as áreas de atuação do IBGE.

Segundo Haines, citado por Lima & Figueiredo, "Política de Seleção é um conjunto de diretrizes e normas que visa estabelecer ações, delinear estratégias gerais, determinar instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e desenvolvimento de coleções em consonância com os objetivos da instituição e os usuários do sistema".<sup>60</sup>

De acordo com esta definição e tendo em vista que o acervo da Memória Institucional está em fase de formação, cumpre estabelecer uma política de seleção com base nas peculiaridades desse tipo de coleção, cuja principal característica deve ser a re-

60 HAINES, apud LIMA, Regina Célia Montenegro, FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. *Ciência da Informação*, v. 13, n.2, Brasília, 1984.

apresentação da memória histórica do IBGE. A política a ser formulada pela Comissão de Seleção servirá de subsídio para a formação e o desenvolvimento do acervo histórico da Instituição.

#### Fontes de Informação para a Seleção

- a) arquivo administrativo do IBGE;
- b) arquivos públicos e privados;
- c) depoimentos de personalidades integrantes da pesquisa de história oral; e
- d) publicações internas de caráter histórico e de memória que façam alusão a pessoas, fatos, acontecimentos, legislação, etc.

A Comissão de Seleção deverá ser formada por um representante de cada área de atuação do IBGE, para assegurar a representatividade de todas as áreas cuja memória deverá ser levantada. Cada membro da Comissão deverá definir aquilo que considera relevante para a memória institucional (com base na definição de *memória*, seção 4.5), fornecendo justificativas que serão apreciadas e aprovadas pelos demais membros da Comissão.

Em princípio, as áreas a serem representadas são as que constam das finalidades básicas do IBGE descritas no seu Estatuto - estatística, demografia, geografia, geodésia, cartografia, recursos naturais, meio ambiente, economia, além de outras que possam surgir com o desenvolvimento dos trabalhos.

#### Atribuições da Comissão de Seleção:

- a) estabelecer a política de seleção da Memória Institucional;
- b) elaborar tabela de temporalidade referente aos itens que deverão ou não ser incorporados ao acervo da Memória Institucional;
- c) definir a forma pela qual a seleção deverá ser feita, no que diz respeito à permanência ou não dos acervos nos seus locais de origem quando coletados nas dependências do IBGE;
- d) fazer contatos nas unidades do IBGE, incluindo as regionais, ou em outros locais e instituições (arquivos públicos, privados, etc.) para identificar material relevante;
- e) coletar sugestões junto à comunidade ibgeana no sentido de identificar fontes de informação para o levantamento da memória institucional;
- f) opinar sobre a aceitação ou não de doações que venham a ser feitas;
- g) determinar o descarte e/ou retirada de material indevidamente incorporado ao acervo ou em estado de conservação precário cuja restauração não seja viável ou aconselhável;
- h) estabelecer condições de armazenamento e utilização do acervo, de acordo com normas de conservação consagradas pelos especialistas e preconiza-

das pela literatura, que se apliquem às características próprias de cada componente do acervo da Memória Institucional; e

i) proceder à avaliação da coleção periodicamente, no sentido de detectar possíveis incorreções decorrentes de falhas da seleção.

Os membros da Comissão deverão ser indicados pelas áreas que representam, podendo ser substituídos em casos de impedimentos pessoais ou ao término de duração do mandato, que em princípio deverá ser de 1 (um) ano. Os membros poderão ser reeleitos por mútuo entendimento.

Para que o acervo da Memória Institucional seja construído de forma efetiva e eficaz, atendendo aos objetivos a que se propõe e às necessidades dos usuários, é preciso estabelecer também alguns critérios que, aliados à política de seleção, garantam o recebimento apenas de material relevante, evitando:

- a) o crescimento desordenado e inconsistente do acervo;
- b) a transformação do acervo em depósito de material inservível; e
- c) a aceitação de material inadequado ao escopo do acervo.

Estes parâmetros funcionarão como ponto de apoio à política de seleção e permitirão o descarte de material indevidamente incorporado ao acervo.

#### Aquisição

A Comissão de Seleção poderá requisitar todo e qualquer material do IBGE, independentemente do seu suporte, para integrar o acervo da Memória Institucional, seja temporariamente para fins de exposição, seja definitivamente. Para tanto, serão estabelecidos os entendimentos entre as partes interessadas. O Setor receberá em doação apenas material considerado relevante, de acordo com os critérios estabelecidos pela política de seleção. O material inadequadamente incorporado ao acervo deverá ser descartado, segundo critérios permitidos pela Instituição, ou seja, transferência para reserva técnica em área a ser definida, ou devolução ao órgão de origem ou ao doador.

#### Usuários

Tendo em vista que o acervo da Memória Institucional está em fase de formação e, portanto, não está totalmente aberto a consultas, não se tem perfeitamente delineado o perfil do usuário do sistema. O usuário potencial interno é o pesquisador das diversas áreas de atuação do IBGE, os alunos da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE - (níveis de graduação e especialização) que é do IBGE. O usuário externo certamente é o pesquisador das áreas de atuação do IBGE, da história da administração pública, história política e do ensino público do País, além de alunos de graduação, especialização e pós-graduação em geral, entre outros.

## 5 Conclusão

---

Memória Institucional é um conceito a ser definido na dinâmica do conhecimento e de acordo com a experiência adquirida no tempo. No entanto, tem-se como pressuposto que esta memória é um processo em construção, do qual fazem parte todos aqueles que passaram ou que aqui estão desenvolvendo suas aptidões no cotidiano da Instituição, sem os quais esta não existiria.

Na verdade, a memória do IBGE está aí. É preciso, no entanto, sistematizá-la de forma a que as informações contidas nos traços de sua história sejam recuperáveis para uso, evitando-se a repetição e a duplicação de esforços, características das

instituições que não têm memória. Porque o novo muitas vezes é o que está esquecido nos escaninhos, nos cantos da casa.

Entende-se, como Lovisolo, que “a memória histórica se nos apresenta idealmente como âncora e plataforma. Enquanto âncora, possibilita que, diante do turbilhão da mudança e da modernidade, não nos desmanchemos no ar. Enquanto plataforma, permite que nos lancemos para o futuro com os pés solidamente plantados no passado criado, recriado ou inventado como tradição. Esta, por sua vez, toma o sentido de resistência e transformação”.<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p.16.

## Bibliografia

---

- ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. São Paulo: Cortez, 1986. 87p.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 253p.
- BOSI, Eclea. *Memória e sociedade; lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983. 402p.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. 313p.
- BRASIL. Decreto nº 97.434, de 5 de janeiro de 1989. Altera o Estatuto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília, v. 127, n. 5, p. 369, 6 jan. 1989, seção I, pt. 1.
- BRECHT, Bertolt. *Brecht; poemas 1913-1956*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 328p.
- CORREA, Carlos Humberto P. *História oral: teoria e prática*. Florianópolis: UFSC, 1978. 91p.
- COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. *História oral do IBGE: uma proposta de pesquisa*. Rio de Janeiro, 1987. 8p. (Trabalho final apresentado à disciplina Metodologia da Pesquisa, para o Curso de Especialização em Documentação e Informação (CDC), à UFRJ/ECO, CNPq/IBICT).
- \_\_\_\_\_. *Memória institucional do IBGE; um estudo exploratório-metodológico*. Rio de Janeiro, 1990. 15p. (Proposta de dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação. CNPq/IBICT, UFRJ/ECO).
- \_\_\_\_\_, NASCIMENTO, Maria das Graças de Oliveira. *Memória do IBGE; relato de uma experiência*. 17p. In: SEMINÁRIO SOBRE DOCUMENTOS NÃO CONVENCIONAIS, 1, 1988, São José dos Campos (não publicado).
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como valor universal e outros ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984. 203p.
- FREITAG, Barbara. *A Teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 184p.
- GARVEY, W. D. *Communication: the essence of science*. New York: Pergamon Press, 1979.
- JAPIASSU, Hilton. *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981. 173p.
- \_\_\_\_\_, MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. 265p.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. 146p.
- LE GOFF, Jacques. (Coord.). *Memória e história*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. 457p. (Enciclopédia Einaudi, 1 ).

- LIMA, Regina Celia Montenegro de, FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Seleção e aquisição; da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 13, n.2, p. 137-150, jul./dez. 1984.
- LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 16-28, 1989.
- MACHADO, Renato. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 218p.
- MATTA, Roberto da. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Salamandra, 1984. 117p.
- MIKHAILOV, A. I. La información en un mundo en desarrollo; circunstancias del futuro usuario. *Documentación*, n. 62, p. 3-7, 1985.
- NOTAS à memória institucional. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 148p.
- \_\_\_\_\_. *A Consciência fragmentada; ensaios de cultura popular e religião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 192p.
- PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 3 (Brasil). *Informação em Ciência e Tecnologia*. Brasília: CNPq, 1980. 69p. (Ação programada em Ciência e Tecnologia, 29)
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 142p.
- PRADO, Antonio Carlos . Morreu o brasileiro cordial ( Entrevista a Carlos Guilherme Mota ). *Isto é/Senhor*, São Paulo, n. 1 058, 27 dez. 1989.
- PROJETO Memória do IBGE: anteprojeto de pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- SALCEDO, Luis Guillermo Lumbreras. [Museus Nacionais]. Rio de Janeiro, 1988. p. 25-38 (Trabalho apresentado ao Seminário "Museus Nacionais: perfil e perspectivas", sob o patrocínio da Fundação Nacional Promemória, realizado no Palácio Gustavo Capanema, não publicado).
- VIANNA, Aurélio, LISSOVSKY, Maurício, SÁ, Paulo Sergio Morais de. A vontade de guardar; lógica da acumulação em arquivos privados. *Arq. & Adm.*, Rio de Janeiro, n. 10/14, v. 2, p. 62-76, jul./dez. 1986.
- WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 399p.

## IDENTIFICAÇÃO DOS COMPONENTES DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO IBGE

(continua)

ACERVO (Tipo e Conteúdo)	AQUISIÇÃO	DESCRIÇÃO E REPRESENTAÇÃO	ARMAZENAMEN- TO/SEGURANÇA	DISSEMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
BIBLIOGRÁFICO					
Livros e Folhetos	Totalidade da Produção	BIBLIODATA/ CALCO	Estantes	Catálogo	Acervo Geral
Periódicos	Totalidade da Produção	KARDEX	Estantes	Catálogo	Acervo Geral
Relatórios Técnicos	Totalidade da Produção	BIBLIODATA/ CALCO/SABER	Arquivos	Acesso <i>on-line</i>	Acervo Geral
Documentação Cartográfica	Totalidade da Produção	SABER	Mapotecas	Catálogo/acesso <i>on-line</i>	Acervo Geral
Documentação Territorial	Totalidade da Documentação Reunida	Indexação	Arquivos/Estantes	Catálogo	Setor de Documentação Territorial
Obras Preciosas	Sujeita aos critérios de seleção em fase de redefinição	Referências Bibliográficas/Resumo	Armários Fechados	Catálogo já existente em fase de redefinição; exposições temporárias, reedições, etc.	Acervo de Obras Preciosas, no Setor de Referência e Circulação
ARQUIVÍSTICO					
Filmes	Sujeita à Seleção	Catologação em andamento	Sob condições Climática e de Segurança	Telecinadas em Video	Os filmes na Microfilmagem e as fitas na Memória Institucional
Diafilmes	Sujeita à Seleção	Catologação em andamento	Suporte Próprio	Catálogo (a ser feito)	Memória Institucional
Discos	Sujeita à Seleção	Catologação em andamento	Armário Fechado	Catálogo (a ser feito)	Memória Institucional
Fotografias de eventos, personagens	Sujeita à Seleção	Classificação Cronológica indexação (em andamento)	Arquivos	Catálogo (desde que sejam gerados negativos para preservação dos originais)	Memória Institucional
Arquivo Fotográfico ilustrativo dos trabalhos geográficos de campo (20 000 contatos)	Totalidade da Produção	Indexação (projeto em andamento)	Em fichas cartonadas contendo os respectivos contatos, arquivados em 40 fichários geminados	Catálogo (os negativos encontram-se acondicionados e sob a guarda da microfilmagem) a ser feito	Memória Institucional
Fitas de Vídeo	Sujeita à Seleção	Catologação (em andamento)	Armário Fechado	Catálogo (a ser feito)	Memória Institucional
Fitas Cassete (entrevistas de história oral)	Totalidade da Produção	Resumos	Arquivo de Segurança e Arquivo de uso Corrente (cada entrevista é copiada)	Catálogo (a ser feito)	Memória Institucional, de acordo com as restrições estabelecidas pelos entrevistados

## IDENTIFICAÇÃO DOS COMPONENTES DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO IBGE

(continua)

ACERVO (Tipo e Conteúdo)	AQUISIÇÃO	DESCRIÇÃO E REPRESENTAÇÃO	ARMAZENAMEN- TO/SEGURANÇA	DISSEMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
ARQUIVÍSTICO (cont.)					
Arquivo Histórico-Administrativo do IBGE (dos 1 <sup>os</sup> atos constitutivos até 1970; de 1970 a 1985 em fase de absorção)	Totalidade do que foi recebido	Classificação Cronológica	Armários fechados com portas de vidro	Folheto explicativo, com restrições de uso de acordo com a legislação em vigor (a ser feito)	Memória Institucional. A documentação de 1970 a 1985, já microfilmada, encontra-se no Setor de Microfilmagem, aguardando aquisição de arquivos ou armários para armazenamento adequado no Setor de Memória Institucional
Arquivo de formulários e instruções de coleta dos levantamentos estatísticos	Totalidade do que foi recolhido ao longo do tempo	Classificação Cronológica (em processamento)	Aguardando aquisição de arquivos	Catálogo (em andamento)	Memória Institucional
Arquivo do ENDEF	Totalidade do que foi recebido	Classificação por regiões (VIII), Estados e Municípios	Arquivos	Folheto explicativo, com restrições de uso de acordo com a legislação em vigor (a ser feito)	Memória Institucional
Arquivo de Rede de Coleta (ex-NUCAR)	Totalidade do que foi recebido	Sem Tratamento Especial	Aguardando aquisição de arquivos para iniciar tratamento técnico	Folheto explicativo (a ser feito)	Memória Institucional
Arquivo histórico dos processos administrativos	Sujeita à Seleção	Ordenação Numérica	Caixas de papelão num galpão	Fichas dos processos localizadas na Subgerência de Comunicação (RJ)	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Arquivo particular de Teixeira de Freitas	...	...	...	...	Arquivo Nacional
MUSEOLÓGICO					
Obras de Arte (estatuetas, telas, gravuras, etc.)	Sujeita à Seleção	Sem Tratamento Especial	Nas dependências do IBGE em geral, por serem identificadas e posteriormente tratadas	A depender das características do processo de tombamento a ser feito	A ser definida, podendo ficar expostas em exposições permanentes e/ou temporárias, em ambiente de época devidamente reconstituído com móveis e objetos
Instrumentos de Trabalho (bússolas, níveis, lunetas) e móveis de época	Sujeita à Seleção	Sem Tratamento Especial	Nas dependências do IBGE em geral, por serem identificadas e posteriormente tratadas	A depender das características do processo de tombamento a ser feito	A ser definida, podendo ficar expostas em exposições permanentes e/ou temporárias, em ambiente de época devidamente reconstituído com móveis e objetos existentes no IBGE
Selos, medalhas e troféus comemorativos de eventos	Sujeita à Seleção	Sem Tratamento Especial	Nas dependências do IBGE em geral, por serem identificadas e posteriormente tratadas	A depender das características do processo de tombamento a ser feito	A ser definida, podendo ficar expostas em exposições permanentes e/ou temporárias, em ambiente de época devidamente reconstituído com móveis e objetos existentes no IBGE

## IDENTIFICAÇÃO DOS COMPONENTES DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO IBGE

(conclusão)

ACERVO (Tipo e Conteúdo)	AQUISIÇÃO	DESCRIÇÃO E REPRESENTAÇÃO	ARMAZENAMENTO /SEGURANÇA	DISSEMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
MUSEOLÓGICO (cont.)					
Museu de Geociências	Sujeita à Definição de Escopo	Sem Tratamento Especial	Estantes, Vitrines, etc.	Catálogo (a ser feito)	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Casa de Teixeira de Freitas(1)	Doações feitas pela família e pela antiga BICEN (hoje DEDOC)	Organização museográfica	Exposição permanente	Catálogo (já existente)	São Francisco do Conde (BA), onde funciona a respectiva agência de coleta
AMBIENTAL					
Laboratório de Ecologia Animal	...	...	...	...	Roncador (DF)
Coleção de peixes dos córregos da área	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Coleção de peles de aves taxidermizadas	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Coleção de mamíferos em peles e esqueletos	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Coleção de Insetos	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Laboratório de Ecologia Vegetal	...	...	...	...	...
Herbário especializado em Cerrado	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Carpoteca (frutos)	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Micoteca (fungos)	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Xiloteca (madeiras)	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
COMPUTACIONAL					
Base de Dados do IBGE	Totalidade da Produção	Banco de metadados (em desenvolvimento)	CPD	SIMBAD (Sistema de Informações da Base de Dados)	DI

NOTA - Vale registrar que este quadro é produto de identificação assistemática do patrimônio histórico institucional, via de regra não administrado pelo CDDI/Setor de Memória Institucional. O "Projeto de Identificação e Tombamento do Patrimônio Histórico do IBGE", a ser implementado tem como um de seus objetivos integrar o Sistema de Administração de Bens Patrimoniais já existente na Instituição, tornando a operacionalização do Projeto mais eficaz. Vale ressaltar que o item "Arquivo particular de Teixeira de Freitas" foi incluído neste quadro, apesar de pertencer ao Arquivo Nacional, como referência para usuários interessados em consultá-lo.

(1) Integra o Centro Histórico de São Francisco do Conde (BA), constando do Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Em 31-03-1982 foi inaugurada com a dupla função de museu e agência de coleta, reunindo livros, fotografias, objetos de uso pessoal, além de honorárias recebidas de instituições técnicas e culturais, nacionais e internacionais.

## **Série Documentos para Disseminação**

ISSN 0103-6335

1 - O IBGE e o atendimento à sociedade (prefácio do projeto técnico do CDDI), de Nelson de Castro Senra e Lidia Vales de Souza. ISBN 85-240-0329-4. 1990. 44p.

2 - Projetos de disseminação, contribuição ao estabelecimento de uma metodologia, de Cláudio Alex Fagundes da Silva. ISBN 85-240-0355-3. 1991, 30p. Proposta metodológica que integra a disseminação de informações com o marketing.

3 - Pensando a disseminação de informações (o caso do IBGE), de Nelson Castro Senra. ISBN 85-240-0432-0. 1992. 33p.

4 - Memória Institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico, de Icléia Thiesen Magalhães Costa. ISBN 85-240-0446-0. 1992, 40p.

## **Subsérie Memória Institucional**

ISSN 0103-6459

1 - Teixeira de Freitas: pensamento e ação, coord. do Setor de Memória Institucional. ISBN 85-240-0351-0. 1990. 140p.

2 - Encontro comemorativo do centenário de Teixeira de Freitas, coord. do Setor de Memória Institucional. Textos das palestras proferidas no Encontro comemorativo do centenário de nascimento de Teixeira de Freitas. ISBN 85-240-0366-9. 1991. 80p.